

**BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em Reais)**

ATIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE		33.810.880	34.254.047
Caixa e equivalentes de caixa	7	16.521.286	12.318.801
Contas a receber	8	47.183.137	41.121.879
Adiantamentos	9	318.060	463.425
Estoques	10	1.963.359	1.754.968
Despesas antecipadas		7.892	13.580
(-) Subvenção a apropriar	13	(32.182.854)	(21.418.606)
NÃO CIRCULANTE		841.291	826.409
Contas a receber	8	393.404	476.636
Investimentos		110.780	17.000
Imobilizado	11	9.036.013	9.592.229
Intangível	12	503.580	503.580
(-) Subvenção a apropriar	13	(9.202.486)	(9.763.036)
TOTAL DO ATIVO		34.652.171	35.080.456
PASSIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE		26.520.387	21.631.909
Fornecedores	14	5.964.953	5.921.861
Obrigações trabalhistas	15	6.758.111	9.310.326
Obrigações tributárias	16	292.796	262.719
Projetos de terceiros	17	551.233	816.151
Suspensão de glosa a realizar	18	5.320.852	5.320.852
Subvenção a realizar	19	7.632.442	
NÃO CIRCULANTE		1.230.684	8.648.149
Subvenção a apropriar	19	1.213.684	8.631.149
Provisões para riscos	20	17.000	17.000
PATRIMÔNIO SOCIAL		6.901.100	4.800.398
Patrimônio social		4.278.795	1.403.596
Doações e subvenções		521.603	521.603
Superávit acumulado		2.100.702	2.875.199
TOTAL (PASSIVO + PS)		34.652.171	35.080.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em Reais)**

DESCRIÇÃO	Nota	2017	2016
RECEITA LÍQUIDA	22	146.543.832	121.755.634
CUSTO DOS SERVIÇOS	23	(89.346.738)	(81.613.658)
Custo com recursos humanos	23.1	(62.584.819)	(59.185.162)
Custo com atividade hospitalar	23.2	(26.761.919)	(22.428.496)
SUPERÁVIT BRUTO		57.197.094	40.141.976
DESPESAS		(55.109.219)	(29.904.837)
Despesas administrativas e gerais	24	(55.109.219)	(29.904.837)
OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS)		(220.930)	(7.331.942)
SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.866.945	2.905.197
Resultado financeiro líquido	25	233.757	(29.998)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		2.100.702	2.875.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016
(Em Reais)**

DESCRIÇÃO	2017	2016
Superávit do exercício	2.100.702	2.875.199
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	2.100.702	2.875.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em Reais)**

EVENTOS	PATRIMÔNIO SOCIAL	DOAÇÕES E SUBVENÇÕES	SUPERÁVIT (DÉFICIT) ACUMULADO	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.109.104	521.603	(5.705.508)	1.925.199
Incorporação do déficit de 2015	(5.705.508)		5.705.508	-
Superávit do exercício de 2016			2.875.199	2.875.199
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.403.596	521.603	2.875.199	4.800.398
Incorporação do superávit de 2016	2.875.199		(2.875.199)	-
Superávit do exercício de 2017			2.100.702	2.100.702
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.278.795	521.603	2.100.702	6.901.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2017 E 2016
(Em Reais)**

DESCRIÇÃO	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do exercício	2.100.702	2.875.199
<i>Ajustes:</i>		
(+) Depreciação	936.488	751.419
(+) Perdas no recebimento de créditos	4.662.507	7.356.573
(+) Baixa de imobilizado	100.959	-
(-) Subvenção de ativos não monetários	(936.488)	-
(-) Reversão de provisão para riscos	(5.000)	(25.000)
(-) Doações de obras de arte	(93.780)	-
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(16.851.476)	6.180.186
Estoques	(208.391)	63.429
Adiantamentos	145.365	(104.107)
Despesas antecipadas	5.688	(1.247)
Fornecedores	43.092	(6.780.672)
Obrigações trabalhistas	(2.552.214)	676.747
Obrigações tributárias	30.077	21.118
Provisão de riscos	5.000	-
Subvenção a apropriar	17.566.104	(3.546.778)
Projetos de terceiros	(264.918)	726.570
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	4.683.715	8.193.437
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		

Aquisição de imobilizado	(481.230)	(121.098)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(481.230)	(121.098)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.202.485	8.072.339
Caixa e equivalentes de caixa no início	12.318.801	4.246.462
Caixa e equivalentes de caixa no fim	16.521.286	12.318.801
VARIAÇÃO OCORRIDA NO EXERCÍCIO	4.202.485	8.072.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E HUMANO – IDTECH é uma instituição brasileira, sem fins lucrativos, qualificada como organização social pelos seguintes atos legais:

- Prefeitura Municipal de Goiânia - Decreto nº 1.288, de 07 de Julho de 2006;
- Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia - Decreto nº 977, de 04 de Agosto de 2008;
- Governo do Estado de Goiás - Decreto nº 7.146, de 30 de Agosto de 2010;
 - Educação – Decreto nº 8.671 de 15 de Junho de 2016;
 - Integração Social do Menor Infrator e Garantia de Seus Direitos Individuais e Sociais – Decreto nº 8.623 de 06 de Abril de 2016;
 - Educação Profissional e Tecnológica – Decreto nº 8.594 de 09 de março de 2016;
 - Gestão de Serviços Sociais e Auxiliares em Unidades Prisionais – Decreto nº 8.595 de 09 de março de 2016.
- Prefeitura Municipal de Anápolis - Decreto nº 29.707, de 01 de Fevereiro de 2010;
- Prefeitura Municipal de Anicuns - Decreto nº 1.482, de 07 de Agosto de 2015.
- Prefeitura Municipal de Goianésia – Decreto nº 5.829, de 14 de Agosto de 2015;
- Governo do Estado de Mato Grosso do Sul - Decreto “E” nº 40, de 02 de Junho de 2016;

O Instituto foi declarado de utilidade pública estadual pela Lei nº 16.218, de 19/03/2008; e utilidade pública municipal (Goiânia) consoante Lei nº 9.005 de 27/12/2010.

O Instituto tem como objetivo promover a geração, o desenvolvimento e o aproveitamento de tecnologias voltadas para o interesse social. Ressalta-se que não remunera nem concede vantagens, benefícios, bonificações, participações em resultados ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto, por qualquer título, a diretores, associados, conselheiros, benfeitores ou equivalentes.

2. CONTRATOS DE GESTÃO

2.1 Contrato de Gestão Hospital Alberto Rassi (HGG)

Em 13 de março de 2012 o IDTECH firmou, com o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Saúde - SES/GO, o contrato de gestão nº 024/2012, por um período de 1 (um) ano, competindo ao Instituto promover o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Alberto Rassi, no regime de 24 horas/dia, assegurando aos usuários do SUS assistência universal e equânime.

O contrato de gestão nº 024/2012 vem sendo renovado por meio de termos aditivos. Em 2017, por meio do termo aditivo n.º 7, houve a prorrogação do referido contrato com início em 13 de março de 2017 e término em 12 de março de 2018. De acordo com a cláusula oitava do termo ativo n.º 7, o valor estimado total para o período da prorrogação é de R\$ 154.190.415 (cento e cinquenta e quatro milhões, cento e noventa mil e quatrocentos e quinze reais).

2.2 Contrato de Gestão Teleconsulta (Goiânia - GO)

O contrato de gestão Teleconsulta de Goiânia foi firmado em 06 de setembro de 2006, pelo processo nº 29.295.174, entre o IDTECH e a Prefeitura de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia e foi renovado em 2017 em montante de R\$ 6.974.100 (Seis milhões, novecentos e setenta e quatro mil e cem reais), por meio do 16º termo aditivo, com vigência para o período de 28 de Agosto de 2017 a 27 de Agosto de 2018.

O objetivo principal do contrato de gestão Teleconsulta de Goiânia é oferecer aos usuários do Sistema único de Saúde – SUS um sistema de agendamento de consultas básicas e eletivas por meio de telefone 0800-6461560, gratuitamente. O sistema de agendamento permite a organização das vagas disponibilizadas pelas unidades de saúde do município de Goiânia e facilita o acesso igualitário à rede de atenção básica para a população. Além disso, o Teleconsulta é uma ferramenta de gestão que oferece aos gestores um panorama em tempo real da oferta de serviços e das necessidades de profissionais médicos em Centros de Atenção Integrada à Saúde (CAIS), Centro Integrado de Atenção Médico Sanitária (CIAMS) e Centros de Saúde.

2.3 Contrato de gestão Projeto de Desenvolvimento Tecnológico e Gestão dos Sistemas de Informações em Saúde (Goiânia - GO)

O contrato de gestão Desenvolvimento Tecnológico de Goiânia foi firmado em 29 de março de 2007, pelo processo nº 30.373.294, entre o IDTECH e a Prefeitura de Goiânia, por meio da Secretaria de Municipal de Saúde do Município de Goiânia e foi renovado em 2017 no montante de R\$ 9.113.215 (nove milhões, cento e treze mil e duzentos e quinze reais), por meio do 20º termo aditivo, com vigência para o período de 23 de março de 2017 a 22 de março de 2018. As atividades do projeto foram paralisadas em setembro de 2017. O IDTECH ainda mantém o controle dos ativos e passivos do projeto, em face da existência de valores remanescentes a receber e a pagar.

2.4 Contrato de gestão Teleconsulta (Aparecida de Goiânia – GO)

O contrato de gestão Teleconsulta de Aparecida de Goiânia foi firmado em 27 de outubro de 2009, pelo processo nº 2009.265.856, com IDTECH e a Prefeitura de Aparecida de Goiânia, através da Secretaria Municipal de Saúde de Aparecida de Goiânia, e não foi renovado entre as partes, de modo que atividades do projeto foram paralisadas em 2011. O IDTECH ainda mantém o controle de alguns ativos e passivos do projeto, em face da existência de valores remanescentes a receber e a pagar.

2.5 Contrato de gestão PRÓ-REG (Aparecida de Goiânia – GO)

O contrato de gestão PRÓ-REG foi firmado em 29 de outubro de 2009, pelo processo nº 2009.267.889, entre o IDTECH e a Prefeitura de Aparecida de Goiânia, através da Secretaria Municipal de Saúde de Aparecida Goiânia. Este contrato não foi renovado entre as partes, de modo que suas atividades foram paralisadas em 2011. O IDTECH ainda mantém o controle de alguns ativos e passivos do projeto, em face da existência de valores remanescentes a receber e a pagar.

2.6 Contrato de gestão AME (Aparecida de Goiânia – GO)

O contrato de gestão do AME (Ambulatório Médico Especializado) de Aparecida de Goiânia foi firmado em 27 de outubro de 2009, pelo processo nº 2009.258.397, entre o IDTECH e a Prefeitura de Aparecida de Goiânia, através da Secretaria Municipal de Saúde de Aparecida Goiânia, e não foi renovado entre as partes, de modo que atividades do projeto foram paralisadas em 2011. O IDTECH ainda mantém o controle de alguns ativos e passivos do projeto, em face da existência de valores remanescentes a receber e a pagar.

2.7 Contrato de prestação de serviços nº 38/2013 - Organização das Voluntárias de Goiás (OVG)

O contrato de prestação de serviços nº 038/2013, firmado entre a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) e o IDTECH, por meio do processo administrativo nº 292386/2012 e pregão eletrônico nº 011/2013 foi renovado em 2017 com o montante de R\$ 290.641 (duzentos e noventa mil e seiscentos e quarenta e um reais), por meio do 2º termo aditivo, com vigência para o período de 22 de novembro de 2017 a 22 de novembro de 2018.

O objetivo principal do presente contrato é a prestação de serviços de Call Center para atender a demanda de ligações no período de inscrições e seleção dos usuários do Programa Bolsa Universitária, em conformidade com o Termo de Referência e demais exigências previstas no Edital.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis do Instituto foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros. Esta interpretação técnica, em seu item de número 4, prevê que todas as entidades sem finalidade de lucros devem obedecer a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as normas de contabilidade completas denominadas de *IFRS (International Financial Reporting Standards)*, em todos os aspectos não previstos na ITG 2002 (R1). Assim sendo, o Instituto seguiu os ditames previstos na ITG 2002(R1) e nas *IFRS*.

3.2 Moeda Funcional

As demonstrações contábeis do IDTECH estão apresentadas em reais (“R\$”), que é a moeda funcional do Instituto.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do superávit ou déficit

Na apuração do superávit ou déficit do exercício aplica-se o regime de competência para o reconhecimento das receitas e das despesas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor de mercado (realizáveis em até 90 dias), os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c) Contas a receber

O saldo de contas a receber decorrente dos contratos de gestão está apresentado pelo custo dos valores pactuados nos contratos e aditivos reconhecidos e não recebidos até a data das demonstrações contábeis, líquido das estimativas de perdas.

d) Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, sendo inferior aos valores de realização. Quando necessário, os estoques são deduzidos de perdas estimadas, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de itens e perdas de inventário físico.

e) Despesas antecipadas

Estão representadas por pagamentos antecipados e são amortizadas ao resultado pelo regime de competência.

f) Investimentos

O Instituto mantém seus investimentos avaliados pelo método do custo de aquisição deduzidos das perdas estimadas, quando aplicável.

g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição e/ou construção, reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por desvalorização (*impairment*), quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros associados a esses custos, que possam, por sua vez, ser mensurados com segurança. Reparos e manutenções, quando incorridos, são lançados como despesas do período.

A depreciação dos bens do imobilizado é calculada com base no método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada dos bens, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados anualmente.

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) líquidas na demonstração do resultado.

h) Intangível

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição e/ou implantação e reduzido da amortização acumulada, quando o intangível for de vida útil definida e das perdas para redução ao recuperável (*impairment*), quando aplicável. Os direitos de uso de software são demonstrados pelo custo de aquisição, sendo amortizados linearmente.

i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que o referido evento teve efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, os quais podem ser estimados de maneira confiável. A administração do Instituto não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de se constituir perda por desvalorização.

j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a serem pagas por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar a fornecedores são apresentadas como passivo não circulante e ajustadas ao valor presente.

k) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Julgamentos ou estimativas

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas à incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são: (a) a definição de vida útil e valor residual de ativos imobilizados; (b) a estimativa de perdas provenientes de glosas nos repasses do contratante; (c) a provisão para devolução de fundos transferidos entre empregados atuantes em diferentes projetos; e (d) as subvenções a apropriar, para as quais o Instituto tem razoável segurança de que há risco provável de não recebimento (perdas prováveis).

m) Isenção tributária

O IDTECH, por ser uma entidade de interesse social e sem fins lucrativos, é isento do recolhimento de impostos e contribuições. A isenção tributária do Instituto inclui o Imposto de Renda (IR), a Contribuição

Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de atos próprios.

O Instituto também não está sujeito ao recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), exceto no caso das retenções efetuadas de acordo com o Código Tributário Municipal.

Os recolhimentos do INSS patronal, do FGTS e do PIS ocorrem normalmente sobre a folha de pagamento, sendo a alíquota do PIS determinada em 1% das verbas da folha sujeita à incidência.

n) Subvenção governamental

Subvenção governamental é uma assistência do governo na forma de transferência de recursos para a entidade em troca de cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade.

As subvenções governamentais são reconhecidas da seguinte forma: I) a subvenção que não impõe condições de desempenho futuro sobre a entidade recebedora é reconhecida como receita quando os valores da subvenção forem líquidos e certos; II) a subvenção que impõe determinada condição de desempenho futuro sobre a entidade é reconhecida como receita apenas quando as condições de desempenho forem atendidas; III) As subvenções recebidas antes dos critérios de reconhecimento de receitas serem satisfeitos são reconhecidas no passivo, ou no ativo deduzindo o valor contábil do ativo relacionado. A entidade mensura as subvenções pelo valor justo do ativo recebido ou recebível.

As subvenções governamentais estão, em grande parte, apresentadas reduzindo o valor contábil do ativo relacionado, de acordo com as disposições do item 24, da NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, que diz: "A subvenção governamental relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados ao valor justo, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, ou deduzindo o valor contábil do ativo relacionado". Essa apresentação é adotada pelo Instituto, por acreditar que ela oferece informações mais relevantes sobre o evento, consoante letra b, do item 14, da NBC TG 23 (R2) – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

Ressalta-se que são registrados no passivo em rubrica de subvenção a apropriar os valores estimados de metas a realizar e também de eventos contingenciais para os quais não é possível constituir despesas segundo as diretrizes da NBC TG 25 (R1) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

5. NORMAS CONTÁBEIS NÃO VIGENTES

As alterações nas normas contábeis emitidas, mas ainda não exigidas para as demonstrações contábeis de 2017, são abaixo apresentadas. O Instituto irá observá-las quando entrarem em vigência.

CPC 47 – Receitas de contrato com clientes

Esta norma, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, traz uma estrutura abrangente para determinar se, e quando, uma entidade deve reconhecer a receita e por quanto a receita é mensurada. Como as principais receitas do Idtech decorrem de subvenções públicas, essa norma não trará reflexos relevantes no resultado.

CPC 48 – Instrumentos financeiros

Esta norma, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais. Prevê a classificação dos ativos financeiros em três categorias: a) mensurados ao valor justo através do resultado; b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e c) mensurados ao custo amortizado. Quanto a este tema, a administração, em avaliação prévia, não prevê nenhum impacto.

Como dito acima, o CPC 48 prevê novo modelo de reconhecimento de perdas no recebimento de créditos. Substitui o modelo atual de perdas incorridas, para perdas estimadas ou esperadas. Considerando que a maioria dos créditos a receber do Instituto decorre dos contratos de gestão com governos, portanto, relacionados diretamente às subvenções públicas, a administração não prevê, também, alteração nos resultados por intermédio desta norma.

CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

Esta norma, com vigência a partir do exercício de 2019, introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço das arrendatárias. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa sua obrigação de pagá-lo. Pelas características do Instituto, não há previsão de impacto nas demonstrações contábeis porque dificilmente ele adquirirá ativos por intermédio de um contrato de arrendamento.

6. GESTÃO DE RISCOS

As atividades do IDTECH o expõem a diversos riscos, para tanto, estes são regularmente monitorados a fim de avaliar os impactos sobre os seus resultados. A coordenação executiva, juntamente com a controladoria e a coordenação administrativo-financeira do Instituto, examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento dos riscos incluindo os procedimentos e práticas aplicadas no controle dos mesmos. A seguir a conceituação dos principais riscos inerentes às atividades do Instituto.

6.1 Risco de Liquidez

Este tipo de risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função da ausência de ativos de liquidez imediata suficientes para a cobertura dos passivos imediatos.

6.2 Risco de Crédito

Refere-se à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos.

6.3 Risco Legal

Está associado às perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DESCRIÇÃO		2017	2016
Bancos conta movimento		10.756.335	8.400.539
Aplicações financeiras	(7.1)	5.764.951	3.918.263
TOTAL		16.521.286	12.318.801

7.1 Aplicações financeiras

DESCRIÇÃO		2017	2016
Poupança Projeto Desenvolvimento	(a)	284.833	1623111
Poupança Projeto Teleconsulta	(a)	754.037	1254015
Poupança Projeto AME Aparecida de Goiânia	(a)	287.787	1179
Poupança Projeto HGG	(a)	4.397.567	1012461
Poupança Projeto Pró - Reg. Aparecida de Goiânia	(a)	1.115	859
Poupança Recursos Próprios	(a)	37.829	24968
Poupança Projeto Teleconsulta Aparecida de Goiânia	(a)	1.783	1670
TOTAL		5.764.951	3.918.263

(a) Por se tratar de aplicação em poupança, em 2017 rendeu em média 6,999% ao ano.

8. CONTAS A RECEBER

DESCRIÇÃO		2017	2016
Circulante:		47.183.137	41.121.879
Serviços faturados		15.596.800	17.996.436
Serviços a faturar		37.144.261	22.720.710
(-) Perdas estimadas com projetos de Aparecida de Goiânia		(363.743)	(363.743)
(-) Glosas a realizar - serviços a faturar		(6.210.942)	-
Outros valores a receber		1.016.761	768.476
Não circulante:		393.404	476.636
Depósitos judiciais		187.451	106.354
Adiantamento a fornecedor		205.953	370.282
TOTAL		47.576.541	41.598.515

9. ADIANTAMENTOS

DESCRIÇÃO		2017	2016
Adiantamento a fornecedor		4.790	54.256
Adiantamento de férias		304.518	400.417
Adiantamento de rescisão		8.752	8.752
TOTAL		318.060	463.425

10. ESTOQUES

DESCRIÇÃO	2017	2016
Medicamentos	665.108	505.586
Materiais médico hospitalares	538.419	476.244
Materiais especiais - OPME	93.171	23.614
Materiais de laboratório	12.672	21.734
Nutrição enteral	328	549
Nutrição parenteral	55.502	44.915
Gases medicinais	483	633
Gás GLP	2.072	-
Materiais de expediente / impressos / formulários	68.295	71.425
Suprimentos de informática	20.196	9.544
Materiais de manutenção e conservação	229.822	238.262
Materiais de limpeza	28.308	33.224
Materiais de consumo	27.358	14.436
Materiais de segurança	10.747	11.871
Adiantamento para aquisição de estoques	108.970	302.930
Demais estoques	101.908	-
TOTAL	1.963.359	1.754.968

11. IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO	TX MÉDIA ANUAL	2017	2016
Equipamentos de informática e periféricos	12%	1.704.933	1.692.184
Máquinas, equipamentos e aparelhos	7%	4.474.929	4.386.748
Veículos	7%	302.710	218.168
Móveis e utensílios	10%	1.609.498	1.566.226
Instrumentos musicais	20%	24.030	24.030
Edificações	8%	1.132.758	1.132.758
Benfeitoria em propr. de terceiros	1%	1.399.023	1.399.023
Instrumentais cirúrgicos e equipamentos	10%	1.607.893	1.590.211
Terrenos	-	1.022.563	1.022.563
Construções em andamento	-	169.627	169.627
Adiantamento p/ aquisição de imobilizado	-	25.452	-
(-) Depreciação acumulada		(4.437.403)	(3.609.309)
TOTAL		9.036.013	9.592.229

11.1 Conciliação do imobilizado

Descrição	Equipamentos de informática e periféricos	Máquinas, equipamentos e aparelhos	Veículos	Móveis e utensílios	Instrumentos musicais	Edificações - sede Teleconsulta /Desenvolvimento	Benfeitoria em edificação de terceiros	Instrumentais cirúrgicos e equipamentos	Terrenos	Construções em andamento - sede do IDTECH	Adiantamentos p/ aquisição de imobilizado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.630.078	4.329.554	218.168	1.564.427	24.030	1.132.758	1.399.023	1.590.211	1.022.563	169.627	-	13.080.439
Adições	63.261	57.194	-	2.331	-	-	-	-	-	-	-	122.786
Baixas	(1.155)	-	-	(532)	-	-	-	-	-	-	-	(1.687)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.692.184	4.386.748	218.168	1.566.226	24.030	1.132.758	1.399.023	1.590.211	1.022.563	169.627	-	13.201.538
Adições	118.533	145.064	84.542	88.082	-	-	-	17.682	-	-	171.755	453.903
Baixas	(94.384)	(68.283)	-	(44.810)	-	-	-	-	-	-	(146.303)	(207.477)
Transferências	(11.400)	11.400	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.704.933	4.474.929	302.710	1.609.498	24.030	1.132.758	1.399.023	1.607.893	1.022.563	169.627	25.452	13.473.416
<i>Depreciação:</i>												-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(904.951)	(976.909)	(80.390)	(495.464)	(9.544)	(87.492)	(132.848)	(170.291)	-	-	-	(2.857.889)
Adições	(125.970)	(296.753)	(21.933)	(110.966)	(3.126)	(15.092)	(84.311)	(98.460)	-	-	-	(756.611)
Baixas	187	2.905	-	2.099	-	-	-	-	-	-	-	5.191
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(1.030.734)	(1.270.757)	(102.323)	(604.331)	(12.670)	(102.584)	(217.159)	(268.751)	-	-	-	(3.609.309)
Adições	(200.336)	(293.749)	(21.498)	(168.064)	(4.786)	(93.169)	(16.569)	(162.655)	-	-	-	(960.826)
Baixas	65.718	32.713	-	34.301	-	-	-	-	-	-	-	132.732
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.165.352)	(1.531.793)	(123.821)	(738.094)	(17.456)	(195.753)	(233.728)	(431.406)	-	-	-	(4.437.403)
<i>Imobilizado líquido:</i>												-
2017	539.581	2.943.136	178.889	871.404	6.574	937.005	1.165.295	1.176.487	1.022.563	169.627	25.452	9.036.013
2016	661.450	3.115.991	115.845	961.895	11.360	1.030.174	1.181.864	1.321.460	1.022.563	169.627	-	9.592.229

12. INTANGÍVEL

DESCRIÇÃO		2017	2016
Licença de uso e software - Recursos próprios	(a)	234.306	234.306
Licença de uso e software - Teleconsulta Goiânia		27.987	27.987
Licença de uso e software – Desenvolvimento	(a)	36.581	36.581
Licença de uso e software – HGG		341.158	341.158
(-) Amortização acumulada	(a)	(136.452)	(136.452)
TOTAL		503.580	503.580

(a) O IDTECH interrompeu a amortização de seus ativos intangíveis, em função deles não terem vida útil definida. Ao final de cada ano, a administração realiza a apuração da existência, ou não, de indicadores de perda por desvalorização, com o objetivo de verificar a necessidade de se realizar o teste de recuperabilidade. Nestes dois exercícios não foram apurados indicadores que determinassem a existência de perda por desvalorização.

13. SUBVENÇÃO A APROPRIAR

DESCRIÇÃO		2017	2016
Circulante:	(a)	(32.182.854)	(21.418.606)
Recursos aplicados em contas a receber:			
Projeto Hospital Alberto Rassi – HGG	(b)	(22.600.009)	(19.650.473)
Projeto Desenvolvimento		(7.612.044)	-
Recursos aplicados em estoque de mercadorias:			
Projeto Hospital Alberto Rassi – HGG		(1.963.359)	(1.754.968)
Recursos aplicados em despesas antecipadas:			
Projeto Hospital Alberto Rassi – HGG		(4.559)	(9.536)
Projeto Teleconsulta Goiânia		(1.740)	(1.543)
Projeto Desenvolvimento		(1.143)	(2.086)
Não circulante:	(a)	(9.202.486)	(9.763.036)
Recursos aplicados em Investimentos:			
Projeto Hospital Alberto Rassi – HGG		(17.000)	(17.000)
Recursos aplicados em imobilizado:			
Projeto Hospital Alberto Rassi – HGG		(5.907.344)	(6.269.785)
Projeto Teleconsulta Goiânia		(1.278.267)	(1.403.105)
Projeto Desenvolvimento		(1.594.148)	(1.667.419)
Recursos aplicados em intangível:			
Projeto Hospital Alberto Rassi – HGG		(341.159)	(341.158)
Projeto Teleconsulta Goiânia		(27.987)	(27.987)
Projeto Desenvolvimento		(36.581)	(36.581)
TOTAL		(41.385.340)	(31.181.642)

(a) Referem-se às subvenções governamentais a serem apropriadas no resultado mediante atendimento aos critérios de reconhecimento previstos na norma contábil aplicável (NBC TG 07 (R2)).

(b) Referem-se às subvenções governamentais em que o Instituto possui incerteza quanto ao seu efetivo recebimento. O registro permanecerá reduzindo o ativo até que não haja dúvidas quanto à liquidez / realização do mesmo, ou que seja confirmada sua perda definitiva.

14. FORNECEDORES

DESCRIÇÃO		2017	2016
Fornecedores a pagar		3.237.046	3.466.295
Fornecedores a faturar	(a)	2.542.637	2.406.722
Outras contas a pagar		185.270	48.844
TOTAL		5.964.953	5.921.861

(a) Refere-se aos serviços que foram prestados no curso normal das atividades do IDTECH e que até 31 de dezembro de 2017 não houve a emissão de documento fiscal.

15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

DESCRIÇÃO		2017	2016
Salários a pagar		-	2.303.839
Rescisões a pagar		6.215	5.062
IRRF de empregados		413.975	383.289
Contribuição assistencial/sindical		1.202	3.334
INSS sobre folha		1.046.345	1.046.866
FGTS a pagar		357.057	350.868
PIS a pagar		45.312	45.564
Mensalidade associativa		10	90
Obrigações com RPA		514	8.137
Férias a pagar		4.887.481	5.163.277
TOTAL		6.758.111	9.310.326

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

DESCRIÇÃO		2017	2016
INSS sobre NF a recolher		91.978	76.087
PIS, COFINS e CSLL sobre NF a recolher		109.061	111.950
ISS sobre NF a recolher		74.322	61.757
IRRF sobre NF		17.331	12.453
IRRF sobre aluguel		104	473
TOTAL		292.796	262.719

17. PROJETOS DE TERCEIROS

DESCRIÇÃO		2017	2016
Rateio de despesas compartilhadas - IDTECH	(a)	502.906	767.235
Centro de Estudos e Pesquisas do Hospital Alberto Rassi	(b)	29.205	29.240
Comissão de Residência Médica – COREME	(c)	19.122	19.676
TOTAL		551.233	816.151

- (a) O Instituto realiza o rateio de custos e despesas administrativas comuns que correspondem a custos e despesas necessárias, normais e usuais devidamente comprovadas e pagas, calculadas com base em critérios de rateios razoáveis e objetivos previamente ajustados e formalizados, de forma que correspondem ao efetivo gasto de cada projeto e ao preço global pago pelos bens e serviços. O projeto centralizador apropria como despesa apenas a parcela que lhe cabe de acordo com o critério de rateio, assim como procedem os projetos descentralizados beneficiários dos bens e serviços, mantendo escrituração destacada de todos os atos diretamente relacionados com o rateio das despesas administrativas.
- (b) O Centro de Estudos e Pesquisas do Hospital Alberto Rassi – HGG tem como finalidade estimular, apoiar e incentivar as atividades inerentes ao ensino, à pesquisa, à extensão acadêmica e à cultura, ao desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, colaborar com ações governamentais e privadas de interesse da sociedade, bem como interagir e cooperar com outras entidades congêneres.
- (c) A Comissão de Residência Médica – COREME é constituída por membros do corpo clínico, sendo um coordenador, um vice coordenador, secretário, preceptores e representantes dos médicos residentes. A Coordenação é renovada a cada dois anos. Os recursos financeiros da COREME são oriundos das taxas de inscrições dos processos seletivos que acontecem anualmente, e que serão investidos exclusivamente em melhorias para os programas de residência médica, conforme decisão do Conselho de Administração do IDTECH.

18. SUSPENSÃO DE GLOSA A REALIZAR

O saldo de R\$ 5.320.852 (cinco milhões trezentos e vinte mil oitocentos e cinquenta e dois reais), refere-se às glosas de outubro/2014, novembro/2014, dezembro/2014 e fevereiro/2015, do contrato de gestão 024/2012 (HGG), as quais foram suspensas pela Secretaria Estadual de Saúde (SES) para posterior compensação, conforme solicitação do IDTECH, em face do desequilíbrio financeiro existentes entre os valores repassados e as despesas realizadas naqueles períodos. A compensação permanece indefinida até o exercício de 2017.

19. SUBVENÇÃO A REALIZAR

DESCRIÇÃO	2017	2016
Circulante:	7.632.442	-
Recursos Retidos		
Projeto Hospital Alberto Rassi – HGG (a)	7.632.442	-
Não circulante:	1.213.684	8.631.149
Recursos aplicados em fundo rescisório:		
Projeto Hospital Alberto Rassi - HGG	-	6.580.130
Projeto Teleconsulta Goiânia	1.055.768	998.292
Projeto Desenvolvimento	157.916	736.725
Projeto Teleconsulta Aparecida de Goiânia	-	1.502
Projeto PRO-REG Aparecida de Goiânia	-	739
Projeto AME Aparecida de Goiânia	-	588
Recursos aplicados em fundo de contingência:		
Projeto Teleconsulta Goiânia	-	305.869
Projeto Desenvolvimento	-	6.425
Projeto Teleconsulta Aparecida de Goiânia	-	168
Projeto PRO-REG Aparecida de Goiânia	-	120
Projeto AME Aparecida de Goiânia	-	591
TOTAL	8.846.126	8.631.149

- (a) Referem-se às subvenções governamentais a serem apropriadas no resultado mediante atendimento aos critérios de reconhecimento previstos na norma contábil aplicável (NBC TG 07 (R2)).

20. PROVISÕES PARA RISCOS

O IDTECH é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e a Administração acredita apoiada na opinião e nas estimativas de sua assessoria jurídica, que as provisões para riscos trabalhistas são suficientes para cobrir as eventuais perdas.

DESCRIÇÃO	2017	2016
Trabalhistas	17.000	17.000
TOTAL	17.000	17.000

O IDTECH é parte em ações judiciais de natureza cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por sua assessoria jurídica como perda possível. Os passivos contingentes perfazem os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Trabalhistas	1.103.700	248.625
Cíveis	41.400	78.303
Trabalhistas - Responsabilidade Subsidiária	324.333	410.844
TOTAL	1.469.433	737.772

21. ISENÇÕES USUFRUÍDAS

Para apuração das isenções usufruídas pelo IDTECH, foi utilizado o regime de tributação do lucro real. Abaixo, segue quadro demonstrativo dos tributos estimados que o instituto se beneficiou por se enquadrar como uma instituição de fins sociais:

DESCRIÇÃO		2017	2016
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	(a)	-	694.800
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	(a)	-	258.768
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	(b)	9.917.409	3.650.946
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN	(c)	7.290.175	6.084.910
TOTAL DE ENCARGOS		17.207.584	10.689.423

(a) Considerando a legislação tributária vigente, o Instituto não gozou de benefícios para o IRPJ e para a CSLL tendo em vista que após deduzir a COFINS e o ISSQN como despesas chega-se a déficit contábil no exercício de 2017, o que não gera incidência dos tributos diretos.

(b) Estimada à alíquota de 7,6% sobre a receita bruta, deduzidas as glosas.

(c) Estimada à alíquota de 5% sobre a receita bruta, deduzidas as glosas.

22. RECEITA LÍQUIDA

DESCRIÇÃO	2017	2016
Receita com subvenção	145.601.505	121.430.149
Receita com prestação de serviços	201.993	248.444
Receita de doações	735.628	73.419
Demais receitas operacionais	4.706	3.622
TOTAL	146.543.832	121.755.634

23. CUSTO DOS SERVIÇOS

23.1 Custo com recursos humanos

DESCRIÇÃO	2017	2016
Gastos com recursos humanos	(59.368.705)	(56.156.642)
Gastos com recursos humanos sem vínculo empregatício	(3.216.114)	(3.028.520)
TOTAL	(62.584.819)	(59.185.162)

23.2 Custo com atividade hospitalar

DESCRIÇÃO	2017	2016
Materiais/ medicamentos HGG	(11.727.738)	(10.581.721)
Exames e diagnósticos	(2.709.560)	(2.042.688)
Manutenção, ocupação e conservação	(3.104.894)	(2.270.644)
Materiais diversos	(3.510.067)	(2.059.284)
Alimentação/ refeição	(5.709.660)	(5.474.159)
TOTAL	(26.761.919)	(22.428.496)

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

DESCRIÇÃO	2017	2016
Despesas contratuais, ocupação, utilidades e serviços de terceiros	(5.792.114)	(5.977.165)
Manutenção, ocupação e conservação do patrimônio	(8.308.568)	(5.303.012)
Despesas com consumos diversos	(813.277)	(642.136)
Captação de recursos	(117.663)	(89.420)
Despesas com glosas SES – GO (a)	(39.985.036)	(17.823.845)
Outras despesas administrativas	(92.561)	(69.259)
TOTAL	(55.109.219)	(29.904.837)

(a) O Instituto mantém o registro das receitas de subvenção pelo valor bruto, de modo que as glosas correspondentes são levadas ao resultado do exercício.

25. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	2017	2016
Receitas financeiras	350.723	283.557
Despesas financeiras	(116.966)	(313.555)
TOTAL	233.757	(29.998)

26. CONTINUIDADE OPERACIONAL

Conforme comentado na nota explicativa nº. 27, o aditivo contratual para renovação do Contrato de Gestão 024/2012 foi outorgado pela Procuradoria Geral do Estado - PGE e publicado em Diário Oficial nº 22.708 em 14 de março de 2018. Desta forma, o Instituto apresenta suas demonstrações contábeis evidenciando a continuidade da gestão do referido contrato.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

O contrato de gestão nº 024/2012 celebrado em 13 de março de 2012 entre o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Saúde – SES/GO, e o IDTECH, foi renovado, por meio do 8º termo aditivo, no montante de R\$ 140.755.047 (cento e quarenta milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil e quarenta e sete reais) divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 11.729.587 (onze milhões setecentos e vinte e nove mil e quinhentos e oitenta e sete reais), para o período de 13 de março de 2018 a 12 de março de 2019. A publicação do extrato do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 024/2012, ocorreu no Diário Oficial do Estado nº 22.708 em 14 de março de 2018.

Com relação aos demais contratos, a saber, contrato de gestão Teleconsulta de Goiânia nº 002/2007 e contrato de prestação de serviços nº 38/2013 - Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) os mesmos permanecem ativos e serão renovados em momento oportuno em relação a sua vigência.

28. BALANÇO PATRIMONIAL POR CONTRATO DE GESTÃO

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em Reais)

ATIVO	Teleconsulta de Goiânia	Desenvolvimento	Recursos Próprios	Teleconsulta de Aparecida de Goiânia	PRÓ-REG	AME	HGG	CONSOLIDADO
CIRCULANTE	7.706.774	299.158	542.024	1.339.168	643.434	308.083	22.972.239	33.810.880
Caixa e equivalentes de caixa	1.366.804	292.152	146.468	1.783	1.115	287.787	14.425.177	16.521.286
Contas a receber	6.310.935	7.612.109	393.286	1.337.385	642.319	20.296	30.866.807	47.183.137
Adiantamentos	29.035	6.941	1.819	-	-	-	280.265	318.060
Estoques	-	-	-	-	-	-	1.963.359	1.963.359
Despesas antecipadas	1.739	1.143	451	-	-	-	4.559	7.892
(-) Subvenção a apropriar	(1.739)	(7.613.187)	-	-	-	-	(24.567.928)	(32.182.854)
NÃO CIRCULANTE	61.978	-	358.157	-	-	-	421.156	841.291
Contas a receber	61.978	-	4.050	-	-	-	327.376	393.404
Investimentos	-	-	-	-	-	-	110.780	110.780
Imobilizado	1.278.268	1.594.148	256.253	-	-	-	5.907.344	9.036.013
Intangível	27.987	36.581	97.854	-	-	-	341.158	503.580
(-) Subvenção a apropriar	(1.306.255)	(1.630.729)	-	-	-	-	(6.265.502)	(9.202.486)
TOTAL DO ATIVO	7.768.752	299.158	900.181	1.339.168	643.434	308.083	23.393.395	34.652.171

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em Reais)

PASSIVO	Teleconsulta de Goiânia	Desenvolvimento	Recursos Próprios	Teleconsulta de Aparecida de Goiânia	PRÓ-REG	AME	HGG	CONSOLIDADO
CIRCULANTE	761.280	69.254	14.481	165.112	174.428	380	25.335.452	26.520.387
Fornecedores	208.144	450	2.766	-	-	380	5.753.213	5.964.953
Obrigações trabalhistas	547.695	68.655	11.477	-	-	-	6.130.284	6.758.111
Obrigações tributárias	4.226	149	69	-	-	-	288.352	292.796
Projetos de terceiros	1.215	-	169	165.112	174.428	-	210.309	551.233
Suspensão de glosa a realizar	-	-	-	-	-	-	5.320.852	5.320.852
Subvenção a apropriar	-	-	-	-	-	-	7.632.442	7.632.442
NÃO CIRCULANTE	1.055.768	169.916	-	-	-	-	5.000	1.230.684
Subvenção a apropriar	1.055.768	157.916	-	-	-	-	-	1.213.684
Provisões para riscos	-	12.000	-	-	-	-	5.000	17.000
PATRIMÔNIO SOCIAL	5.951.704	59.988	885.700	1.174.056	469.006	307.703	(1.947.057)	6.901.100
Patrimônio social	3.871.768	5.679.042	548.155	1.172.273	468.084	410.705	(7.871.232)	4.278.795
Doações e subvenções	-	-	521.603	-	-	-	-	521.603
Superávit (Déficit) acumulado	2.079.936	(5.619.054)	(184.058)	1.783	922	(103.002)	5.924.175	2.100.702
TOTAL (PASSIVO + PS)	7.768.752	299.158	900.181	1.339.168	643.434	308.083	23.393.395	34.652.171

29. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO POR CONTRATO DE GESTÃO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em Reais)

DESCRIÇÃO	Teleconsulta de Goiânia	Desenvolvimento	Recursos Próprios	Teleconsulta de Aparecida de Goiânia	PRÓ-REG	AME	HGG	CONSOLIDADO
RECEITA LÍQUIDA	8.794.101	-	204.712	-	2	-	137.545.017	146.543.832
CUSTO DOS SERVIÇOS	(5.840.744)	(5.172.295)	(121.639)	-	-	(113.140)	(78.098.920)	(89.346.738)
Custo com recursos humanos	(5.840.919)	(5.172.295)	(121.639)	-	-	(113.140)	(51.336.826)	(62.584.819)
Custo com atividade hospitalar	175	-	-	-	-	-	(26.762.094)	(26.761.919)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) OPERACIONAL BRUTO	2.953.357	(5.172.295)	83.073	-	2	(113.140)	59.446.097	57.197.094
DESPESAS	(847.156)	(375.450)	(209.737)	-	-	-	(53.676.876)	(55.109.219)
Despesas administrativas	(847.156)	(375.450)	(209.737)	-	-	-	(53.676.876)	(55.109.219)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	(12.622)	(146.036)	(47.006)	1.670	859	1.179	(18.974)	(220.930)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	2.093.579	(5.693.781)	(173.670)	1.670	861	(111.961)	5.750.247	1.866.945
Resultado financeiro líquido	(13.643)	74.727	(10.388)	113	61	8.959	173.928	233.757
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	2.079.936	(5.619.054)	(184.058)	1.783	922	(103.002)	5.924.175	2.100.702

Goiânia-GO, 31 de dezembro de 2017.

Lidiany de Jesus Oliveira
Contadora - CRC/GO nº 20.789/0

Lúcio Dias Nascimento
Coordenador Administrativo-Financeiro

José Cláudio Romero
Coordenador Executivo

Aprovado pelo Conselho Fiscal em reunião realizada em 12 de março de 2018.

Rosa Maria Rodrigues
Conselheira

Thalita Hyodo e Silva
Membro

Antônio Barçanulfo dos Santos
Membro

Aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 13 de março de 2018.

Rosana Carvalho Cardoso Ferreira Leite
Presidente

Benjamin Beze Júnior
Conselheiro

Edna Maria Covem
Conselheira

Eunice Machado Nogueira
Conselheira

Javier Miguel Magul
Conselheiro

Maria do Rosário Cassimiro
Conselheira

Valterli Leite Guedes
Conselheiro

Helena Maria Boaretto Paula Vasconcelos
Conselheira

Wagner Nogueira da Silva
Conselheiro

Maria Aparecida Batista da Costa Faria
Conselheira

Demonstrações Contábeis do Exercício Social de 2017 acompanhadas de Relatórios dos Auditores Independentes aprovado em 12 de março de 2018 pelo Conselho Fiscal e 13 de março de 2018 pelo Conselho de Administração, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, em convocação realizada em 15 de março de 2018, conforme normas legais e disposições estatutárias do IDTECH em vigência.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Conselheiros e Coordenadores do

Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano - IDTECH

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano - IDTECH ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano - IDTECH em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

No relatório dos auditores independentes, que acompanhou as demonstrações contábeis de 2016, continha ênfase acerca da continuidade operacional do Instituto (devido à relevância), em que se destacou a dúvida sobre a renovação, ou não, do contrato de gestão entre o Estado de Goiás (Hospital Aberto Rassi – HGG) e o IDTECH, para o período de março/2017 a março/2018. Tal contrato foi renovado, assim como para o próximo ciclo.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), e pelos

controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar o instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a

data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 05 de março de 2018.

Floresta Auditores Independentes SS
CRC–GO 905

Liviel Floresta
CT CRC SP-84900/T GO

Murilo Santos Floresta
CT CRC GO-017572/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano – IDTECH, instituição sem finalidade lucrativa, qualificada como organização social, cumprindo atribuições legais, estatutárias e regimentais, examinaram a Prestação de Contas, consubstanciadas nas **“Demonstrações Contábeis do Exercício de 2017”** elaboradas de acordo com a legislação vigente, encerradas em 31 de Dezembro de 2017, e concluem que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição.

Goiânia-GO, 12 de março de 2018.

Rosa Maria Rodrigues
Conselheira

Thalita Hyodo e Silva
Membro

Antônio Barçanulfo dos Santos
Membro